

Incentivos fiscais regionais são cortados à metade

Decisão afeta contratos fechados nas Regiões Norte e Nordeste e no Espírito Santo

As empresas também foram atingidas pelas medidas anunciadas ontem. O governo decidiu reduzir à metade todos os incentivos fiscais regionais para o Norte, Nordeste e Espírito Santo, além dos incentivos para investimento em informática.

A medida deverá render arrecadação adicional de R\$ 550 milhões num primeiro momento, mas a tendência, segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, é de este ganho aumentar. Os contratos com incentivo fiscal já em andamento não serão atingidos. A redução só valerá para novos. "Gostaríamos de ir mais fundo, mas temos um impedimento legal."

As entidades sem fim lucrativo, como clubes esportivos, escolas particulares e instituições de saúde, que hoje não recolhem Imposto de Renda, perderão direito à isenção. "Se essas entidades não tiverem lucro, não terão de pagar imposto", disse.

O governo pretende arrecadar mais R\$ 800 milhões no ano que vem com o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre automóveis e bebidas. Parente não soube dizer de quanto será o aumento. O governo pretende acelerar a cobrança de créditos tributários, incluindo a penhora de bens dos devedores.

Impacto em janeiro — As mudanças no IR terão impacto direto no bolso do contribuinte no salário de janeiro. O IR retido na fonte ficará 10% mais caro, independentemente da alíquota, que é de 15% para quem ganha acima de R\$ 1.000 e 25% para quem recebe mais de R\$ 2.000.

Se o contribuinte tiver um desconto de IR na fonte de R\$ 100, passará a pagar R\$ 110. As alíquotas permanecem as mesmas. O que se acresce são 10% sobre o valor devido. O governo estima arrecadar R\$ 1 bilhão a mais em 1998 com a medida.

Outra alteração é quanto ao limite de deduções sobre a base de rendimentos para a apuração do IR para pessoas físicas. O governo igualou para 20% esse limite para todas as declarações. Antes do pacote, o índice era aplicado por quem optasse por fazer a declaração de IR simplificada.

Quem deduz despesas com médicos — que antes não tinham limite — sairá prejudicado, pois elas agora entrarão no limite de 20% sobre a base de cálculo do tributo. O governo espera arrecadar R\$ 200 milhões a mais em 1998 com a alteração.

A mudança no critério de limite só será notada pelo contribuinte na declaração de 1999, que se referirá aos rendimentos de 1998. Assim como o aumento de 10% sobre o imposto apurado, a mudança de limite só pode valer a partir do próximo ano, por causa do princípio de anterioridade, previsto na Constituição, que diz que os aumentos de impostos só podem ser aplicados no próximo exercício fiscal, informa o consultor Diogo Hernandez Ruiz, sócio da KPMG.

Para Hernandez, as alterações no IR da pessoa física foram uma saída racional adotada pelo governo, pois não terão impacto direto no cálculo da inflação nem no aumento de custos de produtos, internamente ou para exportação.